



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

AÇORES

2014 | 2020

PROGRAMA OPERACIONAL

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER
Fundo Social Europeu - FSE

EIXO 9 /PI 9.7/ OE 9.7.1

INFRAESTRUTURAS SOCIAIS – EXERCÍCIO DE
MAPEAMENTO

Índice

Prioridade de Investimento 9.7 Investimentos nas Infraestruturas Sociais

Área Social	5
Introdução.....	5
A Solidariedade Social nos Açores – a organização	6
A Solidariedade Social nos Açores – a infraestrutura física	8
A Solidariedade Social nos Açores – a evolução da procura.....	10
A Solidariedade Social nos Açores – infraestruturas e meios – grandes linhas de orientação estratégica.....	12
A Solidariedade Social nos Açores – infraestruturas e meios – exercício de mapeamento das necessidades	15
Resultados Esperados	20
Estratégia de racionalização.....	20
Seleção dos Projetos	21
Anexo I – Informação desagregada por ilha	24
Anexo II – Informação desagregada por ilha	27

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO 9.7 – Investimentos nas Infraestruturas Sociais

ÁREA SOCIAL

Introdução

A crescente complexidade da realidade social e as transformações verificadas na sociedade açoriana, nomeadamente as mudanças de índole demográfica, refletidas no prolongamento da esperança média de vida e na diversidade do envelhecimento, as mudanças na estrutura e modelos de família e a afirmação dos direitos de participação e cidadania, exigem formas de intervenção abrangentes e um investimento na qualificação da rede de equipamentos e serviços sociais dirigidos aos diversos grupos da população.

Defende-se assim uma política social assente na diversidade, no reforço do papel das famílias e das redes de parceria ativas e corresponsáveis.

As políticas públicas desenvolvidas apostam no desenvolvimento de estruturas basilares ao suporte e prevenção do risco social, na dinamização de medidas de apoio e combate ao isolamento e nas respostas integradas de apoio à família e comunidade.

O alargamento das respostas sociais e o crescimento da capacidade instalada acompanha a necessidade de diferenciação e especialização da intervenção social, bem como assenta num sistema de redes territoriais e serviços de proximidade, ajustadas às necessidades efetivas das problemáticas e populações locais.

Os investimentos na área da inclusão social integram um conjunto diversificado de medidas de ação, que se tornaram ainda mais necessárias e pertinentes no contexto e envolvente económica e social que se vem atravessando.

O exercício de mapeamento que a seguir se apresenta, decorrente da seleção de prioridade de investimento 9.7 para integrar o Programa Operacional Açores 2020, assenta num modelo de intervenção social baseado nos princípios da territorialização, parceria, participação, corresponsabilização e responsabilidade social, da rede de instituições, das autoridades públicas e governamentais, sem excluir a sociedade civil, incentivando a prática do voluntariado e o envolvimento dos atores locais.

A Solidariedade Social nos Açores – a organização

Na orgânica do Governo dos Açores existe um departamento, cujo titular tem assento em Conselho de Governo, com a responsabilidade de condução das políticas públicas dirigidas ao combate às desigualdades sociais, a promoção da inclusão social e a promoção da igualdade de oportunidades.

Em termos operacionais a direção regional da Solidariedade Social articula e colabora com os institutos públicos regionais com competência em matéria de solidariedade e segurança social e com todas as IPSS'S, Misericórdias e outras entidades promotoras da igualdade de oportunidades. Com efeito, existe uma parceria efetiva entre as autoridades públicas e estas entidades, que se desenvolve em todas as ilhas e respetivos concelhos.

Ilha/concelho	IPSS's com acordo de cooperação	
Santa Maria		4
Vila do Porto	4	
São Miguel		108
Lagoa	9	
Nordeste	4	
Ponta Delgada	64	
Povoação	12	
Ribeira Grande	15	
Vila F. Campo	4	
Terceira		61
A. Heroísmo	44	
Praia Vitória	17	
São Jorge		9
Calheta	5	
Velas	4	
Graciosa		3
Santa cruz	3	
Pico		20
Lajes	6	
Madalena	9	
São Roque	5	
Faial		18
Horta	18	
Flores		7
Lajes	3	
Santa Cruz	4	
Corvo		1
TOTAL REGIÃO		231

No Sistema de Planeamento Regional, nos documentos de planeamento a médio prazo (Orientações de Médio Prazo) e nos de curto prazo (Plano Regional Anual) são apresentadas à Assembleia Legislativa Regional as grandes linhas de intervenção neste domínio, incluindo as propostas de investimento ao nível das infraestruturas e equipamentos.

As ações desenvolvidas visam a prossecução do necessário suporte aos indivíduos, às famílias e à comunidade, de forma transversal e integrada, visando a proteção da infância, o combate ao isolamento dos mais velhos e ao risco de exclusão, o suporte à pessoa com deficiência, a promoção da igualdade de oportunidades e o combate à violência e à discriminação, estando agrupadas em cinco grandes áreas.

Infância e juventude - respostas dirigidas à primeira infância através da criação de creches em áreas populacionais em crescimento e com baixa cobertura ao nível dos equipamentos, potenciando a conciliação da vida profissional e familiar e providenciando melhorias nas metodologias de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção das crianças e jovens.

Família, comunidade e serviços - criação, melhoria e apetrechamento das estruturas comunitárias de apoio ao cidadão e à família, em especial os cidadãos sem-abrigo.

Idosos - Rede de equipamentos para idosos, renovando e dotando-a de condições técnicas e de conforto, reforçando as respostas de apoio alternativo à institucionalização.

Públicos com Necessidades Especiais - rede de centros de atividades ocupacionais e lares residenciais para públicos com necessidades especiais.

Igualdade de Oportunidades - ações facilitadoras da promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos, a conciliação da vida pessoal com a profissional, o combate à violência doméstica, o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e outros públicos em situação vulnerável.

A Solidariedade Social nos Açores – a Infraestrutura Física

Conforme já referido, o esforço de expansão, a melhoria e as medidas de apoio e suporte social, conta com a colaboração muito próxima e efetiva dos institutos públicos regionais com competência em matéria de solidariedade e segurança social e com a cooperação imprescindível de todas as IPSS'S, Misericórdias e outras entidades e associações de interesse público orientadas para esta temática.

Nos últimos anos, ao mesmo tempo que se aumentou o número e a capacidade de serviços/equipamentos no âmbito das áreas de intervenção social tradicionais, dirigidas à infância, à juventude e às pessoas idosas, foi criado um conjunto de respostas sociais novas, no âmbito da família, da comunidade e da invalidez e reabilitação, continuando a dar respostas a “velhos problemas”, mas também implementando soluções para os “novos problemas”, resultantes das transformações sociais entretanto ocorridas.

A Rede Regional de Serviços e Equipamentos Sociais, desenvolvida em parceria com as IPSS's e Misericórdias, conheceu uma significativa evolução, expandindo-se de forma relativamente equilibrada em todas as ilhas e concelhos da Região.

Nos Açores há cerca de 700 valências que servem mais de 29 mil pessoas e conta com a colaboração de cerca de 4.100 trabalhadores, dos quais 529 com formação superior.

Em termos sintéticos no quadro seguinte (em anexo o mesmo quadro desagregado) apresentam-se dados sobre a oferta na ação social.

Ano 2013				
Áreas de Intervenção:	Nº respostas	Capacidade	N.º de respostas mais urgentes em falta	Capacidades mínimas em falta
Infância e Juventude	309	12.515	7	289
Invalidez e reabilitação	34	1.159	3	127
Família e Comunidade	122	6.410	7	256
Terceira Idade	224	9.344	15	376
TOTAL	689	29.428	32	1.048
RAA				

Conforme dados do quadro acima, verifica-se a necessidade de reforçar urgentemente a rede de respostas sociais da RAA com pelo menos 32 novas respostas aumentando assim a capacidade da rede em 1048 utentes. Das primeiras 32 novas respostas a criar, quase 50% (15) destinam-se aos mais idosos (Terceira Idade). Pretende-se, com esta abordagem, criar

respostas de proximidade que permitam maximizar a permanência dos idosos no seu ambiente familiar e social, como é o caso dos centros de dia, centros de noite ou os serviços de apoio ao domicílio. Aliás, como se pode verificar pelo quadro da questão 1, as novas respostas serão criadas nas ilhas de maior dimensão (S. Miguel, Terceira, Pico e Faial) onde, a inexistência deste tipo de respostas potenciava a institucionalização mais precoce dos idosos.

Também as respostas ao nível das áreas da infância e juventude ou da invalidez e reabilitação (públicas com deficiência) carecem de um reforço de 7 novas respostas, em cada uma dessas áreas de intervenção. Importa salientar que estas são valências fundamentais, nos dias de hoje, por forma a permitir a conciliação da vida familiar com a vida profissional. Ainda na área de intervenção da “invalidez e Reabilitação”, importa reforçar que o aumento preconizado garantirá, em todos os concelhos da RAA, com exceção do Corvo, resposta às famílias que necessitam deste tipo de apoio.

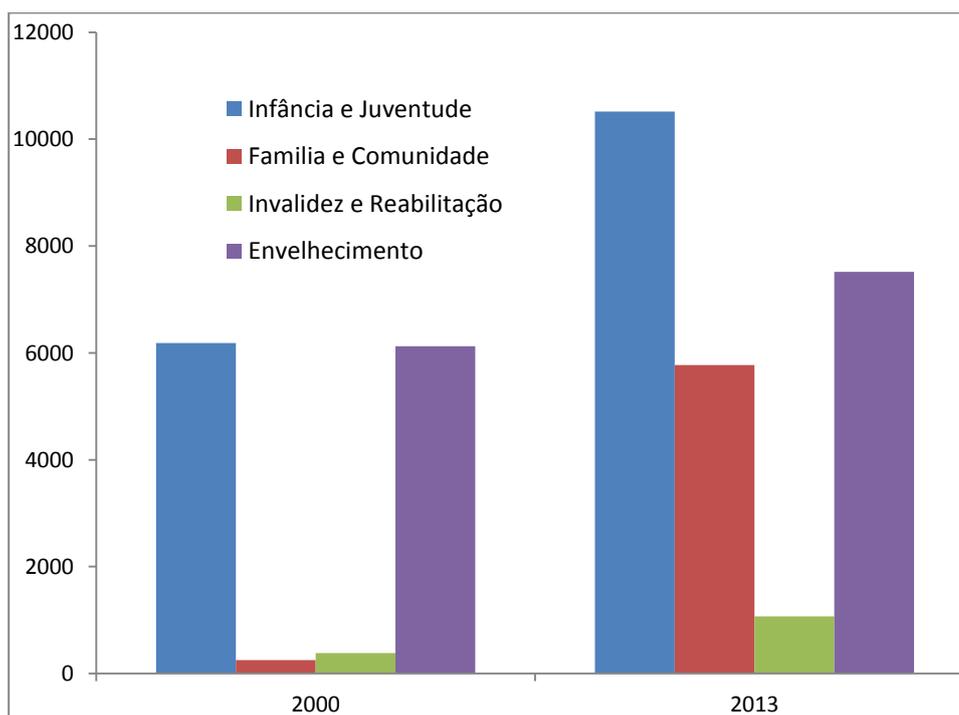
A Solidariedade Social nos Açores – Evolução da Procura

A intervenção levada a cabo tem sido direcionada não apenas para a população em geral, mas também para os grupos mais vulneráveis como sejam as crianças e jovens, as pessoas com deficiência, os idosos e as pessoas em situação de dependência, respondendo com novas soluções aos velhos problemas e com outros recursos aos desequilíbrios decorrentes do desenvolvimento económico.

Em termos gerais e numa perspetiva de adição da oferta e da procura nas diversas valências, na Região Autónoma dos Açores há mais de seis centenas de respostas sociais com uma capacidade instalada de perto de 40 mil lugares.

O número de utentes nas diferentes áreas tem aumentado significativamente desde o início do século, com pontos de partida diferentes, mas com as respetivas taxas de crescimento relativamente aproximadas.

Número de Utentes por Área de Intervenção



Ao nível financeiro, a despesa afeta à ação social tem vindo também a aumentar, resultado de uma maior resposta e também pelos efeitos da crise que assolou o país e a Região.

Em 2013, o volume de 63,4 milhões de euros com despesas de ação social representa um crescimento de 4,4% em relação ao ano anterior.

No âmbito da Ação Social, a componente Família e Comunidade prosseguiu na linha de evolução já observável em anos anteriores, registando-se uma intensidade de variação aparentemente associável a alterações significativas de condicionamentos sociais.

Despesas – Ação Social

1 000 Euros

	2011	2012	2013
Infância e Juventude.....	29 049	28 867	28 563
Família e Comunidade	12 269	15 031	17 272
Invalidez e Reabilitação	4 828	4 669	4 729
Terceira Idade	11 865	12 180	12 848
Total.....	58 011	60 747	63 412

Fonte: ISSA, IPRA.

A Solidariedade Social nos Açores – Infraestruturas e Meios – Grandes Linhas de Orientação Estratégica

A melhor resposta às necessidades de suporte social e de inclusão das pessoas e famílias açorianas, incorpora ações fundamentais para a prossecução do necessário suporte aos indivíduos, às famílias e comunidade, de forma transversal e integrada, visando a proteção da infância, o combate ao isolamento dos mais velhos e ao risco de exclusão, o suporte às pessoas com deficiência e a promoção da igualdade de oportunidades e o combate à violência e discriminação.

A realidade social é, em algumas situações, diferenciada entre as ilhas ou, em alguns casos, entre os diversos concelhos dentro da mesma ilha, tendo em conta as assimetrias demográficas e socioeconómicas existentes, evidenciando-se, desde logo, no peso da população jovem ou da população idosa.

A Região Autónoma dos Açores possui, simultaneamente, o concelho mais jovem do País (Ribeira Grande) e 9 dos 19 concelhos (47%) com índices de envelhecimento superiores a 100%: Santa Cruz da Graciosa (135%), Calheta (135%), Velas (128%), São Roque do Pico (148%), Lajes do Pico (166%), Madalena (126%), Lajes das Flores (128%), Santa Cruz das Flores (128%) e Vila Nova do Corvo (116,4%).

O desenvolvimento de medidas que conciliem a atividade profissional com a vida familiar tem como consequência a necessidade de dotar as ilhas e os concelhos, com maior percentagem de casais jovens, de creches e estabelecimentos de educação pré-escolar, nomeadamente na ilha de S. Miguel, cujos concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo, não só apresentam uma maior percentagem de mulheres em idade fértil, como são os únicos concelhos da RAA que possuem saldos naturais positivos.

Atendendo ao envelhecimento da população, é ao nível da terceira idade que se verificam as maiores necessidades de novas respostas (15) traduzindo-se num aumento de capacidade de quase 380 lugares. De referir que o investimento nesta área está muito direcionado para respostas que permitem aos idosos manterem-se no seu ambiente como sejam os centros de dia, os centros de noite ou os serviços de apoio domiciliário, retardando a opção pela admissão em estruturas de acolhimento sem prejuízo de ser uma resposta sem alternativa que face à nossa condição de arquipélago, tem necessariamente de estar assegurada em todos os concelhos.

Não obstante o esforço de investimento realizado nos últimos anos, existem ainda falhas e dissemelhanças acentuadas entre as diferentes ilhas ou entre os diversos concelhos.

Das necessidades que se antecipam, dá-se prioridade às crianças e jovens em geral, aos jovens com deficiência ou incapacidade e às crianças e jovens em perigo, considerando que as

crianças são um dos grupos mais vulneráveis à situação de pobreza, como se tem verificado em todos os indicadores sobre esta matéria.

Nessa circunstância, o desenvolvimento de políticas destinadas à infância e à juventude constitui um objetivo estratégico do Governo dos Açores. A taxa de cobertura das respostas sociais de apoio à 1.ª infância, tem registado ao longo dos últimos anos um incremento muito elevado, atingido a “meta de Barcelona” permanecendo, no entanto, abaixo da média nacional.

Assim, efetuar-se-ão os investimentos necessários no sentido de promover o equilíbrio entre os diferentes concelhos no que se refere às taxas de coberturas de creches, através da criação de equipamentos nos concelhos de Nordeste (onde a taxa de cobertura é de 0%), Lagoa, Ribeira Grande e Horta os quais apresentam taxas de cobertura inferiores à média regional e à taxa mínima desejável de cobertura.

O desenvolvimento de medidas que conciliem a atividade profissional com a vida familiar tem como consequência a necessidade de dotar as ilhas e os concelhos, com maior percentagem de casais jovens, de creches e estabelecimentos de educação pré-escolar, nomeadamente na ilha de S. Miguel, cujos concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo, não só apresentam uma maior percentagem de mulheres em idade fértil, como são os únicos concelhos da RAA que possuem saldos naturais positivos.

O envelhecimento ativo é uma das linhas de orientação estratégica da política de ação social, havendo respostas numa lógica de proximidade que visem a promoção da autonomia dos cidadãos mais idosos, com respostas alternativas à institucionalização, combatendo o isolamento e a solidão, ao mesmo tempo se apoiam as famílias no cuidado aos seus idosos.

Em termos de algumas respostas sociais, algumas situações de recurso que foram utilizadas, por vezes no limite do exigível em termos das normas e regulamentos aplicáveis, carecem de alternativa ou, quando possível e dentro de uma exigência de racionalidade da despesa, objeto de intervenção estrutural e qualificação para os fins a que se destinam, observando as regras aplicáveis.

É neste princípio que se enquadram as intervenções previstas em quatro creches e estabelecimentos de educação pré-escolar, respetivamente nos concelhos de Povoação, Angra do Heroísmo e Vila Nova do Corvo.

Desta forma criam-se as condições, não só ao nível de infraestruturas físicas, mas também no âmbito do desenvolvimento pessoal e social, para que as crianças e jovens dos Açores possam vir a ter maior sucesso escolar e, conseqüentemente, maior empregabilidade futura, condição

essencial para a redução do risco de pobreza. Mantém-se e até se aprofunda a linha estratégica de articular o plano de ações com as instituições locais, numa ótica de proximidade entre os meios e os objetivos da política pública e os destinatários finais dessa política.

Infraestruturas e Meios – Exercício de Mapeamento das Necessidades

A crescente complexidade da realidade social e as transformações verificadas na sociedade açoriana, nomeadamente, as mudanças de natureza demográfica, refletidas no prolongamento da esperança média de vida e na diversidade do envelhecimento, as mudanças na estrutura e modelos de família e a afirmação dos direitos de participação e cidadania, exigem formas de intervenção abrangentes e um investimento na qualificação da rede de equipamentos e serviços sociais dirigidos aos diversos grupos da população.

Defende-se assim uma política social assente na diversidade, no reforço do papel das famílias e das redes de parceria ativas e corresponsáveis.

As políticas públicas desenvolvidas apostam no desenvolvimento de estruturas basilares ao suporte e prevenção do risco social, na dinamização de medidas de apoio e combate ao isolamento e nas respostas integradas de apoio à família e comunidade.

Nos últimos anos, ao mesmo tempo que se aumentou o número e a capacidade de serviços/equipamentos no âmbito das áreas de intervenção social tradicionais, dirigidas à infância, à juventude e às pessoas idosas, foi criado um conjunto de respostas sociais novas, no âmbito da família, da comunidade e da invalidez e reabilitação, continuando a dar respostas a “velhos problemas”, mas também implementando soluções para os “novos problemas”, resultantes das transformações sociais entretanto ocorridas.

A Rede Regional de Serviços e Equipamentos Sociais, desenvolvida em parceria com as IPSS's e Misericórdias, conheceu uma significativa evolução, expandindo-se de forma relativamente equilibrada em todas as ilhas e concelhos da Região.

Nos Açores há cerca de 700 valências que servem mais de 29 mil pessoas e conta com a colaboração de cerca de 4.100 trabalhadores, dos quais 529 com formação superior.

A realidade social é, em algumas situações, diferenciada entre as ilhas ou, em alguns casos, entre os diversos concelhos dentro da mesma ilha, tendo em conta as assimetrias demográficas e socioeconómicas existentes, evidenciando-se, desde logo, no peso da população jovem ou da população idosa.

O alargamento das respostas sociais e o crescimento da capacidade instalada acompanha a necessidade de diferenciação e especialização da intervenção social, bem como assenta num sistema de redes territoriais e serviços de proximidade, ajustadas às necessidades efetivas das problemáticas e populações locais.

Desta forma, é de destacar na área da **Infância e Juventude**, a necessidade de intervenção nas ilhas do Faial, São Miguel, Santa Maria e Terceira que apresentam um número de respostas sociais inferior à capacidade necessária. Assim, pretende-se realizar alguns investimentos no âmbito da Infância e Juventude através da criação de creches em áreas populacionais em crescimento e com uma taxa de cobertura inferior às taxas de cobertura de referência. Dessa forma, potencia-se a conciliação da vida profissional e familiar, introduzindo, ao mesmo

tempo, melhorias nas metodologias de intervenção no âmbito da promoção e proteção das crianças e jovens.

- **Ilha de São Miguel** - Construção de creche na zona residencial do Bairro do Paim; Construção de creche na freguesia de Água de Pau; Criação de creche na Vila de Nordeste; Requalificação da creche da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada; Reestruturação do Lar de Infância e Juventude e Creche, em Ponta Delgada.
- **Ilha Terceira** – Obra de Remodelação da Creche do Centro Infantil de Angra do Heroísmo; Remodelação da Creche e Jardim de Infância da AFARIT.
- **Ilha do Faial** – Requalificação Creche na Horta.
- **Ilha do Corvo** – Requalificação da creche e jardim de infância.

No que concerne ao setor da **Família e Comunidade**, pretende-se igualmente realizar não só novos investimentos mas também proceder a reestruturações de equipamentos existentes. Neste sentido, destacam-se os investimentos a realizar na ilha Terceira e na ilha de São Miguel, uma vez que são as que apresentam maiores lacunas nesta área, destacando- os seguintes:

- **Ilha Terceira:** Remodelação do Centro de Alojamento Temporário e criação de um Centro Comunitário e Centro de Atividades de Tempos Livres.
- **Ilha de São Miguel:** Construção de um Centro de Alojamento Temporário; Requalificação/reestruturação do Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica e a criação do Centro Comunitário do Instituto de Apoio à Criança; criação de Centro Intergeracional nos Arrifes e criação de Centro Intergeracional em Ponta Garça

Na área da **Invalidez e Reabilitação**, o foco é dirigido para a criação de centros de atividades ocupacionais e lares residenciais, nomeadamente nas Ilhas de São Jorge, São Miguel e Pico, as quais apresentam maiores lacunas neste âmbito.

- **Ilha de São Miguel** – Construção de Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel; Construção de Lar Residencial nos Valados; Requalificação de edifício para instalação do Centro de Apoio à Deficiência; Remodelação/Reestruturação do Centro de Atividades Ocupacionais da Maia; Remodelação do Centro de Atividades Ocupacionais em Ponta Delgada; Construção do Lar Residencial da Lagoa.

Ao nível de respostas para a **Terceira Idade**

- **Ilha de São Miguel** – Criação do Centro de Apoio ao Idoso da Maia, Criação de Centro de Dia e Centro de Noite na Bretanha; Criação de Centro de Noite em Ponta Delgada e Requalificação de Unidade de Cuidados Continuados em Ponta Delgada.

- **Ilha Terceira** – Criação da Unidade de Cuidados Continuados do Recolhimento Jesus, Maria e José;; Criação de Centro de Noite e Unidade de Cuidados Continuados na Praia da Vitória; Construção de Centro de Dia e de Noite em São Sebastião; requalificação de edifício para Centro de Dia e de Noite nas Cinco Ribeiras; Construção de Centro de Dia da Casa do Povo das Doze Ribeiras.
- **Ilha do Pico** – Criação de Centro de Noite na freguesia da Piedade; Construção do Centro de Apoio ao Idoso na Madalena do Pico.
- **Ilha Graciosa** – Reestruturação do Serviço de Apoio Domiciliário na freguesia de Santa Cruz da Graciosa.
- **Ilha do Faial** – Construção de Centro de Dia na freguesia dos Flamengos.
- **Ilha das Flores** - Requalificação do Serviço de Apoio Domiciliário de Santa Cruz das Flores.
- **Ilha do Corvo** – Requalificação do Serviço de Apoio Domiciliário do Corvo

Em Anexo (ANEXO I e II) são apresentadas informações quantitativas detalhadas das Respostas sociais por ilha, demonstrando a situação atual, a situação desejável e as lacunas existentes.

Será então necessário criar ou reestruturar pelo menos 42 equipamentos¹, com diferentes níveis de prioridade conforme quadro infra (definidos de acordo com critérios fundamentados nas listas de espera existentes e capacidade instalada), respondendo assim às necessidades de cerca 2 000 pessoas, quer pela via do aumento da capacidade instalada quer através da requalificação dos equipamentos existentes, sendo que o PO Açores 2020 constitui um dos instrumentos fundamentais no sentido da concretização desse objectivo, prevendo-se o financiamento preferencial para os níveis de prioridade 1 e 2.

As falhas e as lacunas na oferta de serviços de ação social estão associadas a uma dinâmica económica e social que vai alterando o quadro das necessidades com o decorrer do tempo. Sem prejuízo de adaptação e alteração pontual dos exercícios de antecipação das necessidades, no quadro seguinte apresentam-se os principais investimentos para este período de programação 2014-2020.

Está associado a estes projetos, não só a valorização e a colaboração e parceria efetivas com as entidades de natureza pública que estão no terreno, como também uma ideia e uma perspetiva de eficiência e de qualidade dos resultados, assente na promoção da corresponsabilização, do diálogo, da cooperação entre territórios e instituições, implementando um sistema integrado para utilização dos recursos.

¹ Os equipamentos sociais podem comportar mais do que uma resposta social.

Ilha	Concelho	Freguesia	Resposta Social	Parceria	Prioridade	
São Miguel (População 137.856)	Lagoa (População 14.442)	Água de Pau	Creche	Casa do Povo	3. ^a Prioridade	
		Rosário	Lar Residencial	S C da Misericórdia de Santo António	3. ^a Prioridade	
	Nordeste (População 4.937)	Nordeste	Creche	S C da Misericórdia do Nordeste	1. ^a Prioridade	
	Ponta Delgada (População 68.809)	Arrifes	Centro Intergeracional (Centro de Dia e de Noite e CATL)	Casa do Povo	2. ^a Prioridade	
		Bretanha	Centro de Dia	Centro Social e Paroquial	2. ^a Prioridade	
		Fenais da Luz	Centro de Atividades de Tempos Livres	Centro Social e Cultural	3. ^a Prioridade	
		São José	Creche	Patronato de S. Miguel	1. ^a Prioridade	
		São José	Creche	S.C. da Misericórdia de Ponta Delgada	1. ^a Prioridade	
		São Pedro	Centro de Apoio à Deficiência	Associação Portuguesa de Deficientes	2. ^a Prioridade	
		São Pedro	Lar de Infância e Juventude e creche	Associação Solidariedade Social Mãe de Deus	3. ^a Prioridade	
		São Sebastião	Centro de Atividades Ocupacionais	Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel	3. ^a Prioridade	
		São Sebastião	Centro Comunitário	Centro de Terapia Familiar	1. ^a Prioridade	
		São Sebastião	Centro Comunitário	Instituto de Apoio à Criança	1. ^a Prioridade	
		Relva	Lar Residencial	Associação Seara do Trigo	1. ^a Prioridade	
		São José	Centro de Atividades de Tempos Livres	Cáritas de São Miguel	1. ^a Prioridade	
São José		Unidade de Cuidados Continuados	S C Misericórdia de Ponta Delgada	3. ^a Prioridade		
		São José	Centro de Alojamento Temporário	Cáritas de São Miguel	1. ^a Prioridade	
		São José	Centro de Noite	Lar Luís Soares de Sousa	2. ^a Prioridade	
		São Sebastião	Centro de Atividades Ocupacionais	Associação Seara do Trigo	3. ^a Prioridade	
	Povoação (população 6.327)	Povoação	Creche e jardim-de-infância	Fundação Maria Isabel Carmo Medeiros	3. ^a Prioridade	
	Ribeira Grande (População 32.112)	Maia	Centro de Dia	Casa do Povo da Maia	1. ^a Prioridade	
		Maia	Centro de Apoio ao Idoso	S C Misericórdia Maia	1. ^a Prioridade	
		Maia	Centro de Atividades Ocupacionais	S C da Misericórdia da Maia	2. ^a Prioridade	
	V. F. do Campo (população 11.229)	Ponta Garça	Centro Interageracional (creche e CATL)	S C da Misericórdia de Vila Franca do Campo	2. ^a Prioridade	
	Terceira (População 56.437)	Angra do Heroísmo (População 35.402)	Nossa Senhora da Conceição	Creche e jardim-de-infância	Associação dos Funcionários (AFARIT)	2. ^a Prioridade
			Doze Ribeiras	Centro de Dia	Casa do Povo	1. ^a Prioridade
Sé			Creche e jardim-de-infância	Centro Infantil de Angra do Heroísmo	1. ^a Prioridade	
Cinco			Centro de dia e centro de	Centro Social e	2. ^a	

		Ribeiras	noite	Paroquial	Prioridade
		Sé	Centro de Alojamento Temporário	Confederação Operária Terceirense	1. ^a Prioridade
		Santa Luzia	Unidade de Cuidados Continuados	Recolhimento Jesus, Maria e José	1. ^a Prioridade
		S. Sebastião	Centro de Dia e de Noite	S.C. da Misericórdia	1. ^a Prioridade
		Sé	Centro Comunitário e CATL	Confederação Operária Terceirense	2. ^a Prioridade
	Praia da Vitória (População 21.035)	Santa Cruz da Praia	Centro de Dia, Centro de Noite, Unidade de Cuidados Continuados e Serviço de Apoio Domiciliário	Lar D. Pedro V	1. ^a Prioridade
		Santa Cruz	Lar de Infância e Juventude	S.C. da Misericórdia Santa Cruz	3. ^a Prioridade
Graciosa (População 4.391)	Santa Cruz da Graciosa (População 4.391)	Santa Cruz	Serviço de Apoio Domiciliário	Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa	2. ^a Prioridade
Pico (População 14.148)	Lajes do Pico (População 4.711)	Piedade	Centro de Noite	S.C. da Misericórdia Lajes Pico	1. ^a Prioridade
	Madalena do Pico (População 6.049)	Madalena	Centro de Apoio ao Idoso	S.C. da Misericórdia Madalena	2. ^a Prioridade
Faial (População 14.994)	Horta (população 14.994)	Flamengos	Centro de Dia	Centro Comunitário do Divino Espírito Santo	2. ^a Prioridade
		Angústias	Creche	Lar das Criancinhas da Horta	3. ^a Prioridade
Flores (População 3.793)	Santa Cruz (População 2.289)	Santa Cruz das Flores	Serviço de Apoio Domiciliário	S.C. da Misericórdia Santa Cruz das Flores	2. ^a Prioridade
Corvo (População 430)	Vila Nova do Corvo (população 430)	Vila Nova do Corvo	Serviço de Apoio Domiciliário	S.C. da Misericórdia Corvo	1. ^a Prioridade
			Creche e jardim de Infância	S.C. da Misericórdia Corvo	1. ^a Prioridade

Níveis de Prioridade:

1.^a Prioridade: com listas de espera 25% superiores à capacidade instalada

2.^a Prioridade: com listas de espera até 25% da capacidade instalada

3.^a Prioridade: frequência idêntica à capacidade instalada

Resultados Esperados

Em termos da métrica utilizada, no Programa Operacional está identificada a quantificação em termos de execução material e de resultados esperados nesta prioridade de investimento.

Em termos compreensivos, com as operações a financiar pelo PO AÇORES 2020 espera-se poder proporcionar à população residente e visitantes melhores condições na provisão dos serviços de saúde, reduzindo as desigualdades no acesso à saúde, com infraestruturas e equipamentos com uma adequada e aceitável atualização técnica e tecnológica. No caso da ação social com os investimentos propostos corrigem-se os desequilíbrios e as falhas existentes em alguns espaços da Região.

Estratégia de Racionalização

Sempre que possível e tecnicamente adequado, dar-se-á primazia a investimentos que permitam criar sinergias entre várias respostas sociais e rentabilizar recursos como são exemplo as creches e jardins de infância que sendo 2 valências distintas partilham, na maioria dos casos, as infraestruturas físicas (ex: espaços de recreio) e recursos humanos. Estão também previstos investimentos de requalificação de alguns equipamentos com intuito de centralizar serviços de retaguarda criando economias de escala, como é o caso das cozinhas industriais ou das lavandarias.

Importa também salientar que nos investimentos preconizados, quer consubstanciem novos equipamentos ou a requalificação das respostas, está patente uma forte preocupação em garantir e maximizar a eficiência operacional e energética, contribuindo para a sustentabilidade do funcionamento das respostas sociais.

Não obstante o esforço de investimento realizado nos últimos anos, existem ainda falhas e dissemelhanças acentuadas entre as diferentes ilhas ou entre os diversos concelhos.

Das necessidades que se antecipam, dá-se prioridade às crianças e jovens em geral, aos jovens com deficiência ou incapacidade e às crianças e jovens em perigo, considerando que as crianças são um dos grupos mais vulneráveis à situação de pobreza, como se tem verificado em todos os indicadores sobre esta matéria.

Nessa circunstância, o desenvolvimento de políticas destinadas à infância e à juventude constitui um objetivo estratégico do Governo dos Açores. A taxa de cobertura das respostas sociais de apoio à 1.ª infância tem registado ao longo dos últimos anos um incremento muito elevado, atingido a “meta de Barcelona” permanecendo, no entanto, abaixo da média nacional.

É neste princípio que se enquadram as intervenções previstas em quatro creches e estabelecimentos de educação pré-escolar, respetivamente nos concelhos de Povoação, Angra do Heroísmo e Vila Nova do Corvo.

O envelhecimento ativo é uma das linhas de orientação estratégica da política de ação social, havendo respostas numa lógica de proximidade que visem a promoção da autonomia dos cidadãos mais idosos, com respostas alternativas à institucionalização, combatendo o isolamento e a solidão, ao mesmo tempo se apoiam as famílias no cuidado aos seus idosos. Em termos de algumas respostas sociais, algumas situações de recurso que foram utilizadas, por vezes no limite do exigível em termos das normas e regulamentos aplicáveis, carecem de alternativa ou, quando possível e dentro de uma exigência de racionalidade da despesa, objeto de intervenção estrutural e qualificação para os fins a que se destinam, observando as regras aplicáveis.

Seleção dos Projetos

Os investimentos públicos na área das infraestruturas sociais, mais concretamente na rede pública de infraestruturas do sistema regional de solidariedade e de inclusão social, são promovidos pelos órgãos de governo próprio da Região, todavia, em articulação e parceria muito próxima com entidades de natureza pública não-governamentais, que no terreno desenvolvem atividades neste âmbito.

Atendendo à especificidade territorial da Região, à sua natureza atomizada e, inclusivamente, ao sistema de povoamento, em linha e ao longo da costas de cada ilha, a intervenção neste setor no âmbito das infraestruturas não passa pela construção centralizada de grandes equipamentos e infraestruturas, mas de pequenas unidades de apoio, cuja dimensão varia em função do potencial demográfico local e das necessidades existentes, tendo por base um diagnóstico resultante de um diálogo ativo com as entidades que desenvolvem a sua atividade no domínio da inclusão social.

Pelo exposto, o número de equipamentos e infraestruturas constantes do mapeamento é tributário da necessidade de proximidade entre a resposta social, a família e a comunidade, sendo a dimensão financeira total decorrente de um esforço de aproximação entre a necessidade e a resposta dada, despistando o excesso e a desocupação futura.

Tendo em consideração a particularidade desta área de intervenção, os necessários critérios de seleção de projetos, para além de precedidos de condição de admissibilidade sobre a sua adequação ao mapeamento proposto, têm em conta os aspetos de qualidade dos projetos, níveis de procura dos apoios versus capacidade da resposta social existente e potencial, desvios entre o benchmarking regional existente, o mínimo aceitável e o desejável.

Em termos financeiros, os valores apresentados (custo total) para as intervenções urgentes e prioritárias são estimativas atendendo às características e dimensão/capacidade dos equipamentos a construir ou requalificar/ intervencionar, pelo que os valores finais de contratação pública/adjudicação serão naturalmente inferiores, enquadrando-se no montante FEDER previsto no PO Açores 2020.

Área de Intervenção	Investimento Previsto
Infância e Juventude	16.450.000,00 €
Família e Comunidade	8.000.000,00 €
Invalidez e Reabilitação	6.300.000,00 €
Terceira idade	16.725.000,00 €
Total Geral	47.475.000,00 €

Ilha/Área de Intervenção/Valência	Invest. Previsto
SÃO MIGUEL	24.750.000,00 €
Infância e Juventude	11.800.000,00 €
Família e Comunidade	5.850.000,00 €
Invalidez e Reabilitação	4.900.000,00 €
Terceira idade	2.200.000,00 €
TERCEIRA	13.500.000,00 €
Infância e Juventude	2.350.000,00 €
Família e Comunidade	2.150.000,00 €
Terceira idade	9.000.000,00 €
PICO	1.850.000,00 €
Terceira idade	1.850.000,00 €
FAIAL	2.900.000,00 €
Infância e Juventude	1.900.000,00 €
Terceira idade	1.000.000,00 €
S. JORGE	1.400.000,00 €
Invalidez e Reabilitação	1.400.000,00 €
FLORES	1.500.000,00 €

Terceira idade	1.500.000,00 €
CORVO	925.000,00 €
Infância e Juventude	400.000,00 €
Terceira idade	525.000,00 €
GRACIOSA	650.000,00 €
Terceira idade	650.000,00 €
Total Geral	47.475.000,00 €

ANEXO I – Informação desagregada por ilha – Respostas Sociais

área de Intervenção/ilha	Situação Atual		Situação Desejável			Lacunas Identificadas	
	Nº de Respostas atuais	Capacidade Atual	Nº de Respostas Necessárias	Capacidade Necessária	Respostas a Requalificar	Nº de Resposta em falta	Capacidade em falta
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	309	12515	316	12804	12	7	289
Corvo	2	25	2	25	2		0
Faial	12	569	13	608		1	39
Flores	4	180	4	180			
Graciosa	7	240	7	240			
Pico	12	344	12	344			
S. Jorge	15	465	15	465			
S.Miguel	191	7681	197	7914	4	6	233
St. Maria	2	53	2	63	1		10
Terceira	64	2958	64	2965	5		7
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	122	6410	125	6537	2	3	127
Corvo			0	0			
Faial	10	507	10	507			
Flores	2	62	2	62			
Graciosa	1	25	1	25			

Pico			0	0			
S. Jorge	2	88	2	88			
S.Miguel	85	4645	87	4720	1	2	75
St. Maria	2	130	2	130			
Terceira	20	953	21	1005	1	1	52
3 - INVALIDEZ E	34	1159	41	1415	6	7	256
Corvo			0	0			
Faial	3	94	3	94			
Flores			2	40		2	40
Graciosa	1	10	1	10			
Pico	2	65	3	80		1	15
S. Jorge	2	40	3	73	1	1	33
S.Miguel	19	728	22	896	5	3	168
St. Maria	1	10	1	10			
Terceira	6	212	6	212			
4 - TERCEIRA IDADE	224	9344	239	9720	11	15	376
Corvo	3	51	3	55	1		4
Faial	20	1093	21	1143		1	50
Flores	9	259	9	262	1		3
Graciosa	8	380	8	385	1		5

Pico	27	1088	28	1130	2	1	42
S. Jorge	9	518	9	518			
S.Miguel	85	2939	91	3102	3	6	163
St. Maria	5	125	5	125	1		0
Terceira	58	2891	65	3000	2	7	109
Total Geral	689	29428	721	30476	31	32	1048

ANEXO 2 - Informação desagregada por ilha – Respostas Sociais

Ilha/área de Intervenção	Situação Atual		Situação Desejável			Lacunas Identificadas	
	Nº de Respostas atuais	Capacidade Atual	Nº de Respostas Neces	Capacidade Necessária	Respostas a Requalificar	Nº de Resposta em falta	Capacidade em falta
Corvo	5	76	5	80	3		4
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	2	25	2	25	2		0
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE			0	0			
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO			0	0			
4 - TERCEIRA IDADE	3	51	3	55	1		4
Faial	45	2263	47	2352		2	89
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	12	569	13	608		1	39
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	10	507	10	507			
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO	3	94	3	94			
4 - TERCEIRA IDADE	20	1093	21	1143		1	50
Flores	15	501	17	544	1	2	43
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	4	180	4	180			
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	2	62	2	62			
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO			2	40		2	40

4 - TERCEIRA IDADE	9	259	9	262	1		3
Graciosa	17	655	17	660	1		5
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	7	240	7	240			
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	1	25	1	25			
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO	1	10	1	10			
4 - TERCEIRA IDADE	8	380	8	385	1		5
Pico	41	1497	43	1554	2	2	57
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	12	344	12	344			
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE			0	0			
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO	2	65	3	80		1	15
4 - TERCEIRA IDADE	27	1088	28	1130	2	1	42
S. Jorge	28	1111	29	1144	1	1	33
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	15	465	15	465			
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	2	88	2	88			
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO	2	40	3	73	1	1	33
4 - TERCEIRA IDADE	9	518	9	518			
S.Miguel	380	15993	397	16632	13	17	639
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	191	7681	197	7914	4	6	233
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	85	4645	87	4720	1	2	75
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO	19	728	22	896	5	3	168

4 - TERCEIRA IDADE	85	2939	91	3102	3	6	163
St. Maria	10	318	10	328	2		10
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	2	53	2	63	1		10
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	2	130	2	130			
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO	1	10	1	10			
4 - TERCEIRA IDADE	5	125	5	125	1		0
Terceira	148	7014	156	7182	8	8	168
1 - INFÂNCIA E JUVENTUDE	64	2958	64	2965	5		7
2 - FAMÍLIA E COMUNIDADE	20	953	21	1005	1	1	52
3 - INVALIDEZ E REABILITAÇÃO	6	212	6	212			
4 - TERCEIRA IDADE	58	2891	65	3000	2	7	109
Total Geral	689	29428	721	30476	31	32	1048



Brussels,
DG REGIO G3/MS/ (2015)

Exmo. Senhor
Antonio COSTA DIEB
Presidente da Agência para o
Desenvolvimento e Coesão
Avenida 5 de outubro, nº 153
P - 1050-053 LISBOA

Assunto: Período de programação de 2014-2020, cumprimento dos critérios do mapeamento – infraestruturas de Centros Ambientais, Sociais e de Educação - Programa Operacional Açores: CCI 2014PT16M2OP004

Agradeço os vossos ofícios nº 2759 de 6/08/015 [Ares(2015) 3295522] sobre o mapeamento das infraestruturas de centros ambientais e nº 3168 de 16/09/2015 [Ares(2015) 3837207] sobre o mapeamento das infraestruturas sociais e infraestruturas de educação previstas no programa operacional acima referido, relativamente às prioridades de investimento 6.3, 9.7 e 10.5.

Após análise e avaliação das informações contidas nos referidos ofícios, consideramos os mapeamentos aceites.

Georgios YANNOUSSIS

Cópia: Autoridade de Gestão do PO Açores